



NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024: OS PRÓXIMOS DESAFIOS NA PRÁTICA E FORMAÇÃO DOCENTE

Talita Leandro Sobrinho¹; Betânea Moreira de Moraes²

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará – PPGE/UECE. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa – Funcap, Fortaleza-CE e Graduada em Comunicação Social/ Publicidade e Propaganda. E-mail: tataleandro@gmail.com

²Orientadora: Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará – PPGE/UECE, Fortaleza-CE. E-mail: betaneamoraes@hotmail.com

RESUMO

O Novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2014-2024, sancionado em junho de 2014 é o documento que irá nortear durante os próximos dez anos as políticas de educação nesse país. O foco dessa pesquisa teórico-bibliográfica e documental foi a análise da formação do professor, tendo por base o documento supra citado. A investigação prioriza as políticas de capacitação para os docentes do ensino superior no que tange o aumento e incentivo aos programas de pós-graduação. O estudo aponta que os cortes já afetam questões mínimas de manutenção da universidade e que ao invés do Estado brasileiro aumentar bolsas e subsídios para incentivar a pesquisa e qualificação está promovendo cortes.

Palavras-Chaves: Educação. Trabalho. Formação Docente. PNE.

INTRODUÇÃO

Temos no complexo da educação uma importante ferramenta de mediação social. Hoje, é regida pelo sistema capitalista que a norteia, assim como faz com todas as outras ferramentas necessárias à sua reprodução. Não queremos cair no estigma de que a educação é tábua de salvação do mundo – como o faz a literatura vigente -, mas é salutar sua importância para pensar numa sociedade, na qual a base seja a superação exploração do homem pelo homem.

O Brasil vem passando por uma transformação política, econômica e social recente – em comparação a países da Europa ou mesmo os Estados Unidos da América. A educação está inserida neste processo, de maneira ainda mais lenta, porém, sofrendo com as devidas adequações para se enquadrar nas políticas neoliberais mundiais. Essa análise, de maneira mais profunda, é muito relevante para o estudo do sistema educacional de nível superior e é parte importante deste trabalho.

O marco das mudanças no sistema de educação é o Novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio de 2014 - 2024, o qual foi sancionado em junho de 2014.³ O novo PNE aponta várias metas qualitativas e quantitativas a serem alcançadas durante o período supracitado para toda educação do país. Tais metas vão do ensino básico ao ensino superior, perpassando pela oferta de

vagas em todos os níveis, pelo acesso à escola básica, estabelecendo metas quanto à alfabetização, matrículas no ensino fundamental e médio, conclusão do ensino e formação dos professores, dentre outras metas.

Aos interessados em estudar educação no Brasil é de extrema importância estar a par do Novo PNE; pois será tomado como referência para avaliarmos o que muda ou não nos rumos da educação neste país.

Nossa análise tem como foco a formação do docente no âmbito do processo de privatização/mercantilização da educação, avaliando a veiculada valorização e maior qualificação desses profissionais presente no documento oficial, os quais, outrossim, lidam dia-a-dia com a precarização do ensino e de suas condições de trabalho. Avaliar as metas para os docentes no novo PNE pressupõe compreender os novos preceitos que o Estado almeja para esses profissionais da educação e por consequência para os direcionamentos do ensino no Brasil.

METODOLOGIA

Pesquisa teórico-bibliográfica e documental. A gênese da educação é aqui tomada como complexo que mantém com o trabalho uma relação de dependência ontológica e de autonomia relativa, cujos interlocutores basilares são Marx (2007), Lessa (2002) e Tonet (2013); a problemática da educação e tratada criticamente a partir de Tonet (2005) e Frigotto (1999). A análise documental centra-se no PNE 2014-2024.

RESULTADOS

A análise do novo Plano Nacional de Educação 2014-2024 é tecida a partir de uma abordagem ontológica: “(...) a forma de pensar é sempre situada em algum lugar e em algum momento histórico” (TONET, 2013, p.23) e este pensamento e formas de socialização, assim como todos os complexos que ordenam o mundo dos homens, são constituídos a partir do trabalho; não à toa trazido como categoria fundante.

[...] remeter do trabalho além de si próprio é sua conexão ontológica com a reprodução social como um todo. É essa característica que o torna a categoria fundante do ser social: é aqui que a história social apresenta determinações absolutamente distintas da natureza. Por ser o lócus da criação do novo, o trabalho é o fundamento genético de necessidades que, muitas vezes, requerem o desenvolvimento de complexos sociais que são em tudo e por tudo heterogêneos ao trabalho [...]. (LESSA, 2002, p. 96).

O trabalho gerou e gera muitos conhecimentos que precisam ser repassados para os mais jovens na tentativa de preservação humano-social. Com o trabalho abstrato, fundamento do modo de produção capitalista, presenciamos o fato “[...] de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital” (FRIGOTTO, 199, p. 25), ainda é gerador de conhecimentos. Esses conhecimentos são responsáveis pelo desenvolvimento da vida social.

³<http://fne.mec.gov.br/component/content/article?id=383:plano-nacional-de-educacao> Acessado: dia 14 de Setembro 2015.

Porém, a educação não cumpre somente o papel de produção de conhecimento e preservação do que foi feito, ela tem um importante papel de mediação social,

A função social da educação é de formar os indivíduos através de conhecimentos transmitidos, a fim de que, frente às novas circunstâncias e alternativas postas pela dinâmica mutável da vida social, reajam com êxito. [...] Porém, em longo prazo, diz o pensador, aquela função da educação tende a fracassar – ainda que só parcialmente. Graças exatamente à dinâmica inerente às relações sociais de produzira todo momento, sem cessar, movimentos novos e contraditórios, aos quais nenhuma forma de educação, por mais eficaz, por mais sofisticada, e adequada que seja, ‘pode preparar suficientemente os indivíduos para eles’” (LUKÁCS, 1981 apud BONFIM, 2003, p. 106)

Estamos vivenciando um cenário do capitalismo nomeado neoliberal que diz ter por base a livre concorrência com a diminuição de intervenções do Estado. Todavia, o Estado tornou-se diminuto no que tange a prestação de serviços básicos para a população, para que se insira no mercado e as empresas lucrem com isso. Vemos isso claramente no Ensino Superior nesse país nos últimos anos, um aumento desenfreado de Faculdades privadas com o financiamento do recurso público.

O Estado é estruturado como uma espécie de deus Janus que tem uma dupla face: uma privada e outra pública, que atua em função desta. Historicamente, tem se constituído no grande fiador de uma burguesia oligárquica, protegendo latifúndios improdutivos, terras com mercado de reserva, subsídios sem retorno e especulação financeira. Os incentivos fiscais constituem-se na ampliação de subsídios do fundo público ao enriquecimento fácil e rápido de restritos grupos. Uma burguesia que sabe ser competente quando apoiada no fundo público. Nesta relação misturam-se jogo de influências, formação de quadrilha de corrupção no âmago do aparelho de Estado, nepotismo e usura. (FRIGOTTO, 1999, p. 37)

Estudar o novo PNE implica em analisar todas estas circunstâncias. O novo Plano aponta metas qualitativas e quantitativas a serem alcançadas durante a próxima década para todos os níveis de educação do país. As metas que analisamos foram as de números 13 e 14, as quais tratam respectivamente de: “Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, do total, 35% doutores;” e “Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como foco a formação docente para o ensino superior, avaliando a expressa valorização e maior qualificação desses profissionais presente no PNE 2014-2024. O estudo aponta que os cortes no orçamento da união já afetam questões mínimas de manutenção do ensino superior, fundamentalmente das universidades públicas, ou seja, ao invés do Estado brasileiro aumentar subsídios e bolsas para incentivar a pesquisa e qualificação, como expresso nas metas 13 e 14 do PNE 2014-2024, está promovendo cortes.

AGRADECIMENTO

Agradecimento à Professora Orientadora Betânea Moraes, ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UECE, à Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa – Funcap pelo fomento da pesquisa na Pós-Graduação.

BIBLIOGRAFIA

BONFIM, Antonio Carlos F. **Reprodução social, trabalho e educação: um estudo sobre a luz da ontologia do ser social de Lukács.** 2003. Dissertação (Pós-graduação em Educação) Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo. Cortez. 1999

LESSA, Sérgio. **O mundo dos homens: trabalho e ser social.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** Trad Tradução de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

TONET, Ivo. **Método científico: uma abordagem ontológica.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013. 136 p.

_____. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. 256 p. (Coleção fronteiras da educação).

Sites

Fórum Nacional de Educação. Ministério da Educação. <http://fne.mec.gov.br/component/content/article?id=383:plano-nacional-de-educacao> Acessado: dia 14 de Setembro 2015.